

RASCUNHO

LINGUA PORTUGUESA

1) A unidade básica da comunicação é a palavra. A palavra pode ser dividida em unidades menores, como as sílabas e os sons. A base da sílaba é a vogal. Em Língua Portuguesa, a união de fonemas (sons) vocálicos acontece na mesma sílaba ou em sílabas diferentes. Há 3 tipos de encontros vocálicos: hiato, ditongo e tritongo. Assinale a alternativa que apresenta SOMENTE palavras com hiato.

- A) início, redução, outros, meios, fronteira
- B) melhorias, daí, criaram, países, ambientes
- C) programa, produção, faixa, pai, outro
- D) quaisquer, Paraguai, Uruguai, hoje, século
- E) canção, faixa, enjogar, caída, duas

2) A divisão silábica consiste na identificação e delimitação das sílabas em cada palavra. O conhecimento das regras de divisão silábica é útil para a translineação das palavras no final das linhas e, em determinados contextos criar efeito de sentido. Assinale a alternativa na qual há palavras em DESACORDO com as regras da Língua Portuguesa.

- A) pers – pi – caz, ca – a – tin – ga, vo – o
- B) ma – go – a, má – goa, hec – ta – re
- C) ex – ces – si – vo, pa – ra – guai – o, ses – são
- D) flui – do, fric – cio – nar, ru – im
- E) né – ctar, su – bs – cre – ver, piau-i-em-se

3) O alfabeto é um conjunto de letras que formam palavras e conseqüentemente formam a língua. Cada povo ou civilização através dos tempos criou a sua forma de linguagem. Sobre o alfabeto da Língua Portuguesa é CORRETO afirmar

- A) O alfabeto é escrito de forma ordenada. Essa ordem é importante apenas para memorização e alfabetização de crianças, jovens e adultos.
- B) O alfabeto português possui 23 letras.
- C) O alfabeto português tem por base o alfabeto latino em que algumas letras de origem estrangeira foram incorporadas devido a utilização dessas letras em nossa linguagem.
- D) O novo acordo ortográfico classificou o

nosso alfabeto como suficiente para grafia da linguagem, concluindo não haver necessidade de mudança no código para expressão da língua materna.

E) O alfabeto português é o sistema de escrita menos usado no mundo.

4) Conjuguar um verbo é flexioná-lo em alguns de seus modos, tempo, pessoas e vozes. O conjunto de todas essas flexões, de acordo com determinada ordem, chama-se conjugação. Todos os verbos regulares da Língua Portuguesa pertencem a três conjugações. Assinale a alternativa que apresente apenas verbos da 1ª conjugação.

- A) Quando eles chegarem, nós entregaremos imediatamente seu convite.
- B) Quando ele vir você tão bem, não acreditará.
- C) Enquanto eu não obtiver todos os dados, não entregarei a pesquisa.
- D) Quando vocês lhe derem essa notícia, eles se sentirão melhor.
- E) Estou lhe devolvendo os livros emprestados.

5) O papel do acento gráfico é evitar na escrita possíveis confusões quanto a leitura e a compreensão de sentido. A partir de 1990, países que falam português propuseram mudanças no sistema de escrita da língua. Em 2009, esse acordo passou a vigorar no Brasil. Sendo assim, sobre acentuação CORRETA, assinale uma alternativa.

- A) júris – hífen – açúcar – sanduiche
- B) pôde – pode – lâmpada – cédula
- C) graudo – jôquei – vírus – onix
- D) heróis – chapéu – anéis – armazens
- E) dócil – biceps – vírus – álbuns

6) Na oração: “Sei que vivo me queixando de tudo”, a pessoa, o número, o tempo e o modo dos verbos são: Assinale a alternativa CORRETA.

- A) 1ª pessoa, singular, futuro do pretérito, indicativo
- B) 1ª pessoa, plural, presente, subjuntivo
- C) 2ª pessoa, singular, futuro, indicativo
- D) 1ª pessoa, plural, pretérito perfeito, imperativo
- E) 1ª pessoa, singular, presente, indicativo

7) Na oração: “Éramos três velhos amigos na praia quase deserta”, o sujeito é:

- A) Indeterminado.
- B) Oração sem sujeito.
- C) Determinado, simples.
- D) Determinado, composto.
- E) Determinado, desinencial.

8) O agente da passiva é um complemento preposicionado que representa o ser que pratica a ação por um verbo na voz passiva. A voz passiva pode ser analítica ou sintética. Analise as orações abaixo e assinale a alternativa que apresenta o verbo na voz passiva analítica de maneira CORRETA.

- A) Aquele jovem optou por medicina.
- B) Os edifícios arrojados foram construídos por uma empresa multinacional.
- C) Aquela faixa de terra foi desapropriada pelo governo federal.
- D) Construíram-se edifícios arrojados.
- E) A carta de solicitação foi digitada pela secretária.

9) Entre os termos da oração há aqueles que se ligam ao nome: adjunto adnominal, complemento nominal e aposto. Assinale a alternativa que NÃO representa um complemento nominal.

- A) As instituições de caridade tem necessidade de agasalhos para doação.
- B) Ele requereu afastamento por motivo de doença.
- C) O advogado fez exposição de seus argumentos ao juiz.
- D) Ele tem conhecimento do assunto.
- E) Cuidado com o cão feroz.

10) A transitividade verbal é a necessidade que alguns verbos apresentam de ter outras palavras como complemento, portanto os verbos podem ser transitivo ou intransitivo. Sendo assim, assinale a alternativa que NÃO apresenta verbo transitivo.

- A) Eu amo o mundo.
- B) Eu creio em Deus.
- C) Detrás do muro surge a luz.
- D) Na praça a banda toca um samba.
- E) Amanheceu.

MATEMÁTICA

11) Dada uma sequência: 1, 4, 10, 19, ..., qual é o sexto elemento dessa sequência?

- A) 21
- B) 29
- C) 31
- D) 45
- E) 46

12) Sabe-se que a área de um retângulo é igual a base desse retângulo multiplicada pela altura. Um retângulo tem 10 cm de base e 4,6 cm de altura. Qual a área desse retângulo? Assinale a alternativa correta.

- A) 4,6 m²
- B) 46 cm²
- C) 46 cm³
- D) 46 m²
- E) 460 mm²

13) Jéssica deposita uma determinada quantidade em um banco. No final de cinco meses, ao encerrar a sua conta, ela verifica que o montante acumulado até aquela data totaliza R\$10.500,00. Sabendo que esse banco opera em juros simples e com taxa mensal de juros de 1% ao mês, qual o valor do depósito inicial? Assinale a alternativa correta.

- A) R\$ 9.750,00
- B) R\$ 9.975,00
- C) R\$ 10.000,00
- D) R\$ 10.050,00
- E) R\$ 11.025,00

14) Eduardo paga mensalmente um boleto bancário de R\$ 372,00. Após o vencimento é cobrado uma multa de R\$7,50 e a cada dia de atraso uma multa diária de R\$ 0,12. No mês de maio Eduardo só conseguiu pagar esse boleto 4 dias depois do vencimento. Qual é a quantia total que ele deverá pagar?

- A) R\$ 372,12
- B) R\$ 372,48
- C) R\$ 379,50
- D) R\$ 379,98
- E) R\$ 380,10

15) No cardápio de um restaurante existem 5 opções de pratos principais e 3 opções de sobremesa. Você precisa escolher apenas um prato principal e uma opção de sobremesa, nessa ordem. Sendo assim, quantos diferentes tipos de pratos você tem opção de escolher, ou seja, de quantas maneiras poderá realizar sua refeição?

- A) 8
- B) 10
- C) 12
- D) 15
- E) 21

16) Cristina montou um plano de estudos para estudar para um concurso. Ela se organizou da seguinte forma:

	Português	Matemática	Conhec. Específicos
Domingo	X	X	50 min.
Segunda	45 min.	X	1 hora
Terça	X	50 min.	X
Quarta	50 min.	50 min.	1 hora e meia
Quinta	1 hora	45 min.	X
Sexta	X	35 min.	30 min.
Sábado	X	X	X

Considere que 'x' representa que Cristina não irá estudar determinada disciplina naquele dia. Cristina terá se dedicado quanto tempo para o estudo de Matemática após 2 semanas?

- a) 180 minutos
- b) 3,5 h
- c) 320 minutos
- d) 3h
- e) 6h

17) Letícia tem o dobro da idade de sua filha. Sabendo que a soma das idades é igual a 69, qual é a idade de Letícia? Assinale a alternativa CORRETA.

- A) 23
- B) 24
- C) 46
- D) 48
- E) 49

18) Simplificação é um importante recurso da matemática. Ele consiste em dividir o numerador e denominador por um mesmo número até estarem totalmente reduzidos a números que não possuem divisores comum entre si. Sendo assim simplifique a fração $\frac{45}{105}$ e assinale a alternativa CORRETA.

- A) $\frac{15}{60}$
- B) $\frac{15}{75}$
- C) $\frac{9}{35}$
- D) $\frac{3}{7}$
- E) $\frac{9}{21}$

19) Em uma loja varejista um vendedor recebe um salário fixo de R\$1.200,00 e mais uma comissão de 8% em cima do valor total de suas vendas. Em um determinado mês ele vendeu um total de R\$ 15.000,00. Qual o salário desse vendedor nesse mês? Assinale a alternativa CORRETA.

- A) R\$ 1.800,00
- B) R\$ 2.400,00
- C) R\$ 2.450,00
- D) R\$ 3.740,00
- E) R\$ 13.200,00

20) Numa campanha de agasalho são recolhidos 160 blusas de frio e 50 sapatos. No entanto, 75% das blusas são femininas e 82% dos sapatos também. Sendo assim quantas blusas e sapatos masculinos conseguiram ser arrecadados nessa campanha?

- A) 30 blusas e 2 sapatos
- B) 40 blusas e 5 sapatos
- C) 40 blusas e 9 sapatos
- D) 41 blusas e 2 sapatos
- E) 42 blusas e 9 sapatos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) A lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 dispõe sobre as Sanções Aplicáveis aos Agentes Públicos nos Casos de Enriquecimento Ilícito no Exercício de Mandato, Cargo, Emprego ou Função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências. De acordo com o Capítulo III das penas é CORRETO afirmar que:

A) Na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento parcial do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

B) Na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

C) Na hipótese do art. 11, ressarcimento parcial do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração recebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

D) Na fixação das penas previstas nesta Lei o juiz não levará em conta a extensão do dano causado, bem como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

E) Na aplicação das penalidades serão consideradas apenas a natureza da infração co-

metida, os danos que dela provierem para o serviço privado, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

22) A lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 dispõe sobre as Sanções Aplicáveis aos Agentes Públicos nos Casos de Enriquecimento Ilícito no Exercício de Mandato, Cargo, Emprego ou Função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e de outras providências. O capítulo V das penalidades art. 127 apresenta como penalidades disciplinares: Assinale a alternativa CORRETA.

A) Advertência quando da revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

B) Suspensão em caso de inassiduidade habitual;

C) Demissão em caso de aplicação regular de dinheiros públicos;

D) Cassação de aposentadoria ou disponibilidade quando da subordinação grave em serviço;

E) Destituição de função comissionada.

23) As modalidades de licitação previstas na Lei de Licitações não acompanharam a evolução tecnológica, o que motivou o surgimento da nova modalidade de licitação denominada pregão, mais adequada às condições atuais de modernidade, que utiliza a tecnologia da informação, que, por sua vez, serve melhor os gestores. Neste sentido os gestores públicos dispõem da Lei 8.666 de 1993, Lei das licitações, para nortear suas ações e facilitar os processos. Sobre o pregão eletrônico assinale o que for CORRETO.

A) O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns (aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado) for feita a distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

B) Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o maior preço, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os

parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

C) O sistema para o pregão eletrônico será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança somente na primeira etapa do certame.

D) O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada indiretamente por seu representante, cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

E) A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação não poderá ceder o uso do seu sistema eletrônico a órgão ou entidade dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nem mesmo mediante celebração de termo de adesão

24) A lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e de outras providências. De acordo com o Capítulo I das Disposições Gerais Seção I Dos Princípios, assinale o que for CORRETO.

A) Todos quantos participem de licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido nesta Lei, porém nem todo cidadão pode acompanhar o seu desenvolvimento, pois pode vir a perturbar ou impedir os trabalhos.

B) A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública.

C) As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, não serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei. As licitações e contratos para concessões e permissões são regulados pelas Leis nº 8.987, de 13/2/95, e nº 9.074, de 7/7/95.

D) Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Particular, em que haja um contrato para a formação de vínculo e estipulação prévia de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

E) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta menos vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que não lhes são correlatos.

25) A Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e a convergência do setor público às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público foram grandes marcos do novo milênio. Nesse contexto, a STN criou os *Grupos Técnicos de Padronização de Relatórios e de Padronização de Procedimentos Contábeis (GTREL e GTCON)* com o objetivo de propor recomendações baseadas no diálogo permanente, valorizando a transparência da gestão fiscal e a racionalização de custos. As recomendações dos grupos técnicos são os pilares do *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)* e do *Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)*. Estas medidas representam mais um passo para a implementação de um novo modelo de contabilidade pública a ser implantado no país. Sobre o Manual de demonstrativos Fiscais, assinale a alternativa CORRETA.

A) O objetivo deste manual é uniformizar procedimentos, descrever rotinas e servir de instrumento de racionalização de métodos relacionados à elaboração de seus relatórios e anexos. Nesse sentido, o manual dispõe sobre as determinações legais, a definição dos demonstrativos que os compõem, enfatizando sua abrangência e particularidades, os modelos dos demonstrativos e instruções de preenchimento, os prazos para publicação, e penalidades.

B) A LRF estabelece normas de finanças pú-

blicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar e publicar o ARF e o AMF, que acompanham a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e, anualmente, o RREO e o RGF, com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, com a permanente observância dos limites fixados pela lei.

C) A atualização provisória do presente manual, organizada pela Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, da Secretaria do Tesouro Nacional, com a participação de diversos órgãos públicos e entidades da sociedade civil organizada, tem por finalidade, dentre outros aspectos, tornar a linguagem mais complexa e completa, a partir dos preceitos legais que fundamentam e justificam a elaboração dos relatórios e anexos.

D) De acordo com a lei, a estimativa do impacto orçamentário financeiro deve ser apresentada no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes. Dessa forma, entende-se que será necessária a apresentação da estimativa do impacto quando o orçamento aprovado contemplar a ação governamental, visto que para as ações já incluídas na Lei Orçamentária, o impacto já foi avaliado na aprovação do orçamento. Observa-se também que, caso essa ação não ultrapasse o orçamento em que entra em vigor, a estimativa deverá informar o impacto nos quatro orçamentos futuros.

E) O objetivo é transformar o Manual, cada vez mais, em um instrumento sigiloso, de utilização, para a elaboração dos diversos demonstrativos que o compõem. Para regulamentar as consultas do Manual, no texto online disponível no sítio do Tesouro Nacional na internet, acessível aos autorizados pelo www.tesouro.gov.br, existem links e para palavras chave que estão sublinhadas, como por exemplo: conceitos, legislação, tabelas, demonstrativos e anexos, onde o leitor, ao clicar, é dirigido para outros campos do próprio manual online que detalham superficialmente o que está sendo citado, ou para sítios da Internet relacionados à legislação que o fundamentam.

26) Ao longo da história da Contabilidade, a classificação das contas tem dividido os doutrinadores entre várias respostas, resultando em formas diferentes de classificação e interpretação das contas. Isto fez com que aparecessem várias escolas defensoras de seus princípios para justificar os critérios adotados para classificação das contas. Conta nada mais é que o nome técnico que identifica cada componente de um patrimônio (Bens, Direitos e Obrigações ou Patrimônio Líquido) e cada elemento de resultado (Despesas e Receitas). Ainda sobre conta e suas teorias, assinale o que for CORRETO.

A) Para a escola personalista, as contas (elementos patrimoniais) podem ser representadas por material com as quais são mantidas relações jurídicas, ou seja, que se relacionam com a entidade em termos de débito e crédito. Todos os débitos efetuados nas contas dessas pessoas representam suas responsabilidades, enquanto todos os créditos representam seus direitos em relação ao titular do Patrimônio.

B) A escola materialista se opôs a teoria personalista, defendendo que as contas representam entradas e saídas de valores e não simples relações de débito e crédito entre pessoas (excluídas as relações com terceiros). Esta é uma visão mais econômica do que vem a ser a conta. A relação entre as contas e a entidade é uma relação pessoal, de sorte que a conta só deve existir enquanto houver também o elemento material por ela representado. Podendo ser elementares ou derivadas.

C) É a teoria usualmente adotada no Brasil. Segundo ela, o objeto de estudo da ciência contábil é o Patrimônio de uma entidade. A contabilidade tem como finalidade controlar este patrimônio e apurar o resultado das empresas. Estas contas se classificam da seguinte forma: contas Patrimoniais e contas de Resultado: são as contas que representam as receitas e as despesas da entidade.

D) Na Teoria personalista, temos apenas dois tipos de contas (pessoas): Proprietários: consiste nos responsáveis pelas contas do patrimônio líquido e suas variações, como receitas e despesas. São, portanto, contas dos proprietários: Capital social, Receita de vendas, Custo da mercadoria vendida (CMV), ICMS sobre vendas, Devoluções de vendas, Re-

ceitas financeiras, Reserva legal, etc. Agentes consignatários: consistem nas pessoas (contas) a quem a entidade confia a guarda dos bens (Ativo), ou seja, que representam os bens. São, portanto, contas dos agentes consignatários: Caixa, Banco, Veículos, Móveis, Terrenos, etc.

E) Na teoria materialista temos apenas os agentes correspondentes: consiste nas pessoas que representam as contas de direitos ou obrigações. São terceiros, que se situam na posição de devedor ou credor da entidade. São, portanto, contas dos agentes correspondentes, as contas em que a entidade mantém esse tipo de relação jurídica, como por exemplo, Clientes e Fornecedores. Os clientes devem à empresa o valor correspondente a suas compras a prazo e os fornecedores são credores da empresa em relação às vendas a prazo que a estas foram feitas. Daí resulta que clientes é conta devedora e fornecedores é conta credora.

27) De acordo com o Capítulo I seção VI o princípio da competência da resolução CFC Nº 750/93 Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC). O conselho federal de contabilidade, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, considerando que a evolução da última década na área da Ciência Contábil reclama a atualização substantiva e adjetiva dos Princípios Fundamentais de Contabilidade a que se refere a Resolução CFC 530/81, resolve: Assinale a alternativa CORRETA.

A) As receitas e as despesas não devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, mas sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

B) O Princípio da OPORTUNIDADE determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da ENTIDADE.

C) O reconhecimento é simultâneo das receitas e despesas, e quando correlatas, não é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

D) As receitas consideram-se realizadas: I –

nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investida na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados; II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

E) As receitas consideram-se incorridas as despesas: I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiros; II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um passivo; III – pelo surgimento de um ativo, sem o correspondente passivo.

28) De acordo com o Capítulo I seção VII o princípio da prudência da resolução CFC Nº 750/93 Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC). O conselho federal de contabilidade, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, considerando que a evolução da última década na área da Ciência Contábil reclama a atualização substantiva e adjetiva dos Princípios Fundamentais de Contabilidade a que se refere a Resolução CFC 530/81, resolve: Assinale a alternativa CORRETA.

A) O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do maior valor para os componentes do ativo e do menor para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

B) Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA não se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.

C) A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

D) O Princípio da PRUDÊNCIA registrado pelo valor original resulta na avaliação dos componentes patrimoniais e deve ser feito com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.

E) O Princípio da PRUDÊNCIA afirma que uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais.

29) O processo de implantação da gestão orçamentária dar-se-á em etapas sequenciais. As etapas são como degraus de uma escada que devem ser superados passo a passo. Nele compreendem-se as fases de elaboração e execução das leis orçamentárias no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Cada uma dessas leis tem ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Legislativo e Executivo. Entender esses ritos é o primeiro passo para a participação da sociedade no processo decisório, fortalecendo, assim, o exercício do controle social na aplicação dos recursos públicos. Sobre orçamento, assinale a alternativa CORRETA.

A) O Ministério do Planejamento além de ser responsável pela elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual de investimentos é também responsável pela elaboração dos Orçamentos Anuais, o que é feito por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da proposta orçamentária da União, que compreende os orçamentos fiscais e da seguridade social. É também o órgão que acompanha e avalia o comportamento da despesa pública e de suas fontes de financiamento, realizando estudos sobre políticas públicas, bem como a estrutura do gasto público.

B) O orçamento tem como único e exclusivo intuito de contribuir para a formação de uma sociedade menos informada e participativa na gestão dos recursos públicos e de proporcionar menor compreensão aos cidadãos, do conteúdo do orçamento público da União. Desde 2010 a Secretaria de Orçamento Federal tem envidado esforços para simplificar a linguagem.

C) O orçamento não deve ser uno, ou seja, não deve existir apenas um orçamento para dado exercício financeiro. Dessa forma integrado, é possível obter eficazmente um retrato geral das finanças públicas e, o mais impor-

tante, permite-se ao Poder Executivo o controle racional e direto das operações financeiras de responsabilidade do Legislativo.

D) O orçamento plurianual nem sempre foi equilibrado e aprovado pelo Legislativo. O orçamento monetário e o das Empresas Estatais são deficitários e sem controle e, além do mais, não são votados. O déficit público e os subsídios mais importantes estão no orçamento monetário, o Legislativo encontra-se, praticamente, alijado das decisões mais relevantes em relação à política fiscal e monetária da Nação.

E) O orçamento plurianual compreende que obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos, fundos, apenas da administração direta, excluídas as entidades que recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.

30) O Patrimônio do Estado constitui o conjunto de bens, valores, créditos e obrigações de valor econômico avaliáveis em moeda que a Fazenda Pública possui e utiliza na consecução dos seus objetivos, apresentando ainda aspectos qualitativos e quantitativos. A respeito de ambos os aspectos assinale o que for CORRETO.

A) O aspecto qualitativo indaga o valor dos elementos patrimoniais, a sua qualidade funcional, isto é, as formas e composições qualitativas que podem adquirir na instituição, procurando estabelecer a composição que melhor concorra para alcançar seus fins com a máxima economicidade e mínima produtividade.

B) Quantitativamente o Patrimônio é visto como um fundo de valores, ou seja, o agrupamento dos vários componentes do patrimônio nos três elementos básicos da equação patrimonial ($A - P = SP$), e avaliados monetariamente.

C) Por aspecto quantitativo do patrimônio, entende-se a natureza dos elementos que a compõem, como dinheiro, valores a receber ou a pagar expressos em moeda, máquinas, estoque de mercadorias ou materiais, etc.

D) O atributo qualitativo refere-se à expressão dos componentes patrimoniais e valores, o que demanda que a contabilidade assuma posição sobre o que seja "valor", por que os conceitos sobre a matéria não são extrema-

mente variados.

E) Todas as vezes que forem extraídas demonstrações baseadas nos registros contábeis da empresa, não deverão estar ressaltados os aspectos qualitativos e quantitativos.